

Lewandowski leva a Lula PEC que amplia ação da PF

Proposta inclui na Constituição sistema e fundo de segurança e acrescenta competências à corporação para o combate a milícias e crimes ambientais. Texto vai passar pela Casa Civil e Presidência antes de seguir ao Congresso

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@globo.com.br
BRASIL

Com o objetivo de fortalecer a atuação da União na segurança pública, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, apresentou anteontem ao Palácio do Planalto o texto de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reforça a competência da Polícia Federal no combate a milícias e crimes ambientais e busca "constitucionalizar" o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que hoje vigoram por meio de leis comuns. A proposta agora deve ser analisada pela Casa Civil antes de ser encaminhada ao Congresso Nacional. A informação foi antecipada pelo blog da jornalista Andréia Sadi, do G1.

O texto acrescenta às atribuições da Polícia Federal no artigo 144 da Constituição a investigação de crimes "cometidos por organizações criminosas e milícias privadas" e em "matas, florestas, áreas de preservação ou unidades de conservação". Na prática, a medida, caso aprovada, ampliaria as prerrogativas da corporação em atuar contra esquemas de milícia

com repercussão interestadual e internacional, como ocorreu no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ).

A PEC também adiciona à Carta Magna a previsão do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) no mesmo molde do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) em formato semelhante ao do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A Constituição define a distribuição de recursos públicos ao SUS e ao Fundeb — o que é conferido ao Susp e FNSP por meio de lei.

INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO
Instituído em 2018, no governo Michel Temer, o Susp até hoje não foi completamente implementado pelas administrações federal, estadual e municipal que o envolvem. Na visão de Lewandowski, a constitucionalização desse programa melhoraria a articulação e integração entre todos os órgãos. O sistema propõe a criação de um plano de ações estruturadas de segurança envolvendo as três instâncias.

O ministro tem dito a parlamentares que o objetivo



Plano. Lewandowski em cerimônia no TSE: ministro propõe alterações para reforçar atuação da União na segurança

ENTENDA O SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

O que é

Criado em 2018 para estabelecer uma "arquitetura uniforme para a segurança pública em âmbito nacional", o Susp prevê atuação conjunta de forças de segurança em operações, compartilhamento de dados, definição de metas e estratégias comuns para a prevenção de crimes e o intercâmbio de conhecimento.

Quem integra

São 17 integrantes, entre eles, as polícias Federal, Rodoviária Federal, Militares e Cíveis, Bombeiros e guardas municipais.

Papel do governo

Cabe ao Ministério da Justiça e Segurança Pública coordenar o

Susp. Isso significa orientar, promover treinamentos, realizar estudos e desenvolver a doutrina de inteligência policial.

Como é financiado

Os recursos do Susp vêm do Fundo Nacional de Segurança Pública, que recebe repasses da arrecadação da Caixa Econômica com as loterias.

da PEC não é invadir a competência dos estados, mas conferir mais segurança jurídica ao trabalho da Polícia Federal e fortalecer o sistema de padronização de ações e financiamento da segurança pública pelo governo federal. O ministro já sugeriu em declarações recentes que a União seja a responsável por fazer um "planejamento nacional", que seria seguido pelos estados e municípios.

Em palestras recentes, Lewandowski defendeu a necessidade de modernização da Constituição, que, segundo ele, tem uma visão mais voltada ao "crime cometido localmente" e não ao combate de grandes organizações criminosas.

Apesar de ser de competência majoritária dos estados, que são responsáveis pelas Polícias Militares e Cíveis e a administração da maioria dos presídios, a segurança pública é uma das áreas mais mal avaliadas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com o lançamento da PEC, o ministério da Justiça visa a ser mais propositivo na área, que costuma ser explorada pela oposição, principalmente pelo campo bolsonarista.

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 8